

HISTÓRIAS QUE A LITERATURA CONTA: O ROMANCE EM PERSPECTIVA

Diovana Ferreira de Oliveira*

Não importa que a fidelidade à realidade histórica seja coisa secundária em relação ao valor do romance.

O romancista não é nem historiador nem profeta: ele é explorador da existência.

(M. Kundera)

A literatura como fonte é assunto recorrente entre os historiadores nas últimas décadas. É grande o número de pesquisas tanto aplicadas como as que se dedicam a questões teórico-metodológicas. Desde a chamada crise dos paradigmas, entre eles o marxismo e o estruturalismo, na segunda metade do século XX, assistimos o questionamento das verdades e modelos explicativos do real, o que resultou na aproximação da história com diversos campos do conhecimento. A nova história cultural tinha como proposta, uma postura interdisciplinar que exigia uma aproximação com as ciências vizinhas e a consideração de novas fontes para a pesquisa, entre as quais figurou a literatura.

Pesavento (2006 p. 11), afirma que “por vezes essa aproximação da história com a literatura tem sabor de déjà vu, dando a impressão de que tudo o que se apregoa como novo já foi dito e que se está “reinventando a roda””. A literatura assumia diante da história uma função ilustrativa de seu tempo, enriquecendo o campo de análise histórico com sua dimensão “cultural”, um papel de “descontração, de leveza, de evasão”. No entanto, estas posturas em relação à literatura encontram-se ultrapassadas pelas novas questões que se colocaram aos intelectuais nos últimos anos, seja a partir da crise dos paradigmas, seja pela tentativa de entendermos nosso tempo a partir da globalização. Para Pesavento, o desafio que se coloca diante de nós é o de assumir que as ciências humanas se voltam para uma postura epistemológica diferenciada. Tais mudanças passam pelos caminhos da representação e do simbólico, nesse sentido, os estudos sobre o imaginário contribuíram decisivamente para redimensionar as relações entre história e literatura, abrindo possibilidade para pensarmos as formas de “ver, sentir, e expressar o real dos tempos passados”.

Soma-se a isso uma questão mais ampla que remete às fronteiras, distanciamentos e proximidades entre discurso histórico e discurso literário. Não se trata de definir hierarquias (admitindo-se que cada uma guarda seu saber específico), mas de observar a quê cada uma se propõe. O que a literatura produz? O que a história produz? Para responder satisfatoriamente a tais perguntas seria necessário recorrer a uma ampla bibliografia, principalmente à teoria

* Mestranda - Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História - Universidade Federal de Goiás. E-mail: diovana.ferreira@gmail.com.

literária, à história da literatura, à teoria da história e à própria historiografia, o que alargaria o debate para além dos limites deste texto. Portanto, irei me ater a alguns apontamentos em relação aos discursos histórico e literário e em seguida passarei ao debate sobre a literatura como fonte, em especial o romance histórico contemporâneo.

Acerca da conceituação da literatura, das particularidades deste discurso em relação a outras modalidades de expressão escrita, Ferreira (2009 p. 66) lembra que na Poética de Aristóteles, o filósofo grego define o conceito de mimese, no qual a obra literária é representação ou imitação do mundo. No século XIX somou-se a esse conceito a ideia de que além de representar o ficcionista também cria universos a partir da imaginação. Por sua vez, a literatura engajada do século XX deveria expressar um posicionamento crítico e ideológico do artista diante do mundo real. A partir de meados do século XX a especificidade da criação literária passou a relacionar-se com ao modo como ela se realiza, ou seja, a partir da linguagem. Assim, é a partir da literariedade que a literatura se diferencia das outras expressões escritas.

Para Antônio Cândido (1995), a Literatura:

É uma construção de objetos autônomos com estrutura e significado; ela é forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e dos grupos; ela é forma de conhecimento, inclusive com incorporação difusa e inconsciente.

Na mesma época em que se firmou a crítica literária pós-modernista os historiadores ligados ao *Linguistic turn*, referenciando-se nos estudos da linguística, hermenêutica e semiologia, levantaram o debate acerca dos limites entre verdade e ficção, ciência, filosofia e as artes. Em *Trópicos do discurso*, (1978) Hayden White propôs a ideia de que as narrativas históricas possuem natureza ficcional, seriam versões construídas dos fatos, seja a partir do exercício da imaginação seja com base em documentos. Essa diluição de fronteiras entre a narrativa histórica e a narrativa literária recai sobre o entendimento do regime próprio do conhecimento histórico. Ao reconhecer as semelhanças entre o discurso histórico e literário temos que ter em mente a diferença básica entre eles: o compromisso com a verdade por parte do historiador, não se pode fugir ao extremo das considerações positivistas, o historiador tem o dever de compreender como e em que circunstâncias a ficção se relaciona com a realidade. Sobre a dimensão narrativa da história Chartier (2011 p.360) afirma:

É necessária a clara percepção da distância entre o passado ou, para dizer como Ricouer, “que um dia foi e que não é mais”, e os discursos que tentam representa-lo ou tomar-lhe o lugar. A partir da consciência aguda da



distância irredutível entre realidade e discurso, entre *Geschichte* e *Histoire*, a narratividade da história torna-se pensável e problemática. Ora, essa consciência não existe nem na historiografia antiga, nem no historicismo romântico, nem na história científica.

Admitindo-se a condição narrativa da história estamos diante de um novo problema: O regime do conhecimento que é próprio da história. Chartier lembra que essa constatação, para alguns significa negar toda a verdade do discurso histórico. É nesse posicionamento que se encontra toda a força da obra de Hayden White e também todo o risco na opinião de Chartier. White considera que a escrita da história depende tão somente de suas matrizes retóricas, que o discurso independe, portanto, de toda operação técnica que é própria do trabalho do historiador, independe ainda tanto da realidade quanto do passado que se busca pelo discurso histórico. Nessas circunstâncias, o historiador, assim como o romancista, estaria livre para compor uma ficção. Recuperemos as citações das quais Chartier se vale para ilustrar a posição de White:

Em 1974, White escreve: “Em geral, há uma resistência (*reluctance*) a considerar as narrações históricas pelo que elas são realmente, isto é ficções verbais (*verbal fictions*) cujo conteúdo é tão inventado quanto encontrado.” Em 1982, ele declara que “Não há fundamento que possa ser encontrado no dado histórico (*the historical record*) ou no próprio arquivo, para preferir uma maneira de construir sua significação a uma outra.”

A partir daí não há por que querer hierarquizar, classificar ou distinguir historiadores a partir de seus discursos. Isso não significa desqualificar o saber histórico, mas considerar sua especificidade. Para White, o que assemelha história e ficção é o regime de conhecimento, considerando que toda ficção produz conhecimento e diz verdades sobre o mundo social. E é nessas verdades da ficção que reside concordância de Chartier em relação à teoria de White. Além disso, Chartier deixa claro que toda e qualquer resposta ao posicionamento de White deve integrar a dimensão do conhecimento da ficção. Nessa dimensão também reside à pertinência da pesquisa histórica a partir da literatura.

Quanto ao regime de conhecimento próprio da história o autor lembra quão difícil é se formular respostas para essa questão. Mas aponta alguns possíveis apoios, principalmente a partir da operação historiográfica proposta por Michel de Certeau. A história seria um discurso que produz enunciados científicos. A partir disso poderia se pensar na possibilidade de estabelecer um conjunto de regras que poderiam controlar “a produção de objetos determinados”, ou seja, do objeto histórico pelo historiador pesquisador, partindo do pressuposto de que os dados históricos não estão colocados, mas que necessitariam do

tratamento técnico próprio do historiador. Tal perspectiva possibilitaria a construção de um saber verificável e universal.

Existem na historiografia contemporânea, numerosos temas e problemas que encontram terreno fértil de investigação na literatura. De acordo com Ferreira (1996), é difícil mapear as inúmeras tendências de tratamento que são dadas à relação história e literatura, mas grosso modo, poderíamos dizer que a grande maioria dessas tendências encontra abrigo na história cultural. São diversas faces teóricas que se articulam a partir da renovação historiográfica e permitem a exploração de territórios até então não considerados. Algo tão próprio da criatividade humana pode clarear caminhos profícuos ao ofício do historiador. Tal afirmação não implica, no entanto, tomar a fonte literária como verdade, pelo contrário, ao tomá-la como opção, o que pretendo é entendê-la dentro de seus limites e perspectivas, perseguir um método, levantar possibilidades.

Em “A Literatura contra o efêmero” Humberto Eco (2001) nos diz que a literatura é fundamental para a língua, assim como afirma que poderia dizer que não serve para nada, pois foi produzida a “*gratia sui*”, por amor a si mesma, e que é lida por prazer, elevação espiritual ou para multiplicar conhecimentos. Eco diz ainda que a literatura é, em parte, um bem imaterial assim como nossos valores religiosos e sociais e desempenha uma série de funções em nossa vida individual e social. Talvez a mais importante delas se configure em manter a língua em exercício. De acordo com Eco, “sem Dante não teria existido um italiano unificado.” Em “*De Vulgari Eloquentia*” Dante critica os diversos de dialetos italianos e expõe a intenção de criar uma língua vulgar ilustrada. Numa época em que apenas os textos em latim eram valorizados, foi através da “*Divina Comédia*”, principal obra do autor, que o dialeto toscano, bem próximo do que conhecemos hoje por italiano, conseguiu se firmar como uma língua falada. Mais tarde essa unidade linguística também teria pesado sobre a unificação. E hoje, qual o papel que a literatura desempenha entre nós diante da velocidade e infinidade de informações que nos chegam todos os dias? Será esse o momento de encontramos a leveza tão perseguida por Ítalo Calvino, subtrair peso ao mundo, aos homens, à linguagem?

A proposta aqui é debater a pertinência do romance histórico contemporâneo como fonte para o historiador. Para Gallagher (2009), nada no romance é tão claro e ao mesmo tempo invisível quanto o fato de se tratar de uma ficção. No entanto, fingir e inventar são atos inerentes à nossa cultura. Toda ficção tem suas raízes na sociedade, pois é a partir do mundo social que o escritor cria seus mundos ficcionais, utopias e formas de expressão e linguagem.

Torna-se necessário, portanto, entender o papel que o esse gênero assumiu historicamente não só no campo da literatura, mas também nos contextos sociais e culturais.

O gênero romanesco tem suas raízes no século XIX, com referência na produção literária de Walter Scott, em meio a uma série de transformações sociais, políticas e econômicas que provocaram mudanças diretas no modo de vida dos indivíduos. O século XIX foi o momento de construção e afirmação das nacionalidades europeias e americanas. O romance histórico figura entre as narrativas que contribuíram para a consolidação do sentimento nacional e disseminação da cultura ocidental. Na América o século XIX foi marcado pelo surgimento de uma literatura de formação, as narrativas buscavam inventar uma tradição. Mas a tentativa de importar uma visão histórica europeia baseada na construção de imagens de um passado privilegiado que fundamentava as atitudes culturais do presente, colocando a Europa no centro do mundo, acabou gerando entre os países da América, dificuldades para a compreensão da realidade das nações recém-independentes. A ilusão de uma tradição contínua contrastava com as experiências vividas recentemente. A temporalidade moderna baseada na ordenação causal dos acontecimentos encontrava obstáculo no processo de fundação das nações americanas, diante das tensões geradas na colonização e a impressão de que o futuro seria determinado por uma história vinda de fora.

O romance histórico brasileiro do século XIX reflete bem essa tensão, por exemplo, a partir de *Iracema* e *O Guarani*, de José de Alencar e *A Moreninha* de Joaquim Manoel de Macedo. De modo geral, essas obras procuram ocultar os traumas gerados pelos conflitos da colonização. Na tentativa de configurar uma face homogênea para a nação foi necessário exercitar mais o esquecimento do que a memória. Se por um lado o romantismo no Brasil procurou documentar o vivido, por outro idealizava a realidade na concepção de homem americano, mestiço e colonizado, que precisava ser engrandecido pelo mito. Assim, indianismo, regionalismo e nacionalismo convergiam em um mesmo processo. O romance histórico também figurou entre as produções de autores como: Machado de Assis, Jorge Amado, Graciliano Ramos e Érico Veríssimo.

De acordo com Chaves (1991), é imprescindível citar “Os Sertões” de Euclides da Cunha entre as grandes obras da literatura histórica nacional, diante do tratamento histórico que Euclides da Cunha dá ao momento e às personagens, transformando Antônio Conselheiro em, talvez, uma das figuras mais controversas de nossas letras. Segundo Chaves, Antônio Conselheiro “veio, impelido por uma potência superior bater de encontro a uma civilização, indo para a História como poderia ter ido para o hospício” (CHAVES, 1991, p.22) a obra foi pioneira na literatura nacional, em dar voz aos dominados e não aos dominadores

representantes da ideologia daquele momento. Lima Barreto também se dedicou ao romance histórico “O triste fim de Policarpo Quaresma” (1916), “Numa e a ninfa” (1917) e “Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá” (1919). Sua visão caricatural e satirizante da época o tornaram, referência no projeto modernista de nacionalismo. Tanto Euclides da Cunha como Lima Barreto, cada um à sua maneira, descontentes com os rumos que tomou o projeto republicano em fins do século XIX foram exemplares em “A literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República” de Nicolau Sevcenko (1983) obra na qual o autor explora os cruzamentos entre história, ciência e cultura no Brasil no momento da passagem do país à modernidade.

Em meados do século XX estrutura do romance histórico clássico começa a apresentar rupturas, principalmente entre as antigas colônias hispânicas, mostrando-se capaz de criticar a relação com aquela temporalidade que nos foi imposta pela cultura ocidental moderna. As ficções começam a apresentar uma visão histórica mais compatível com as experiências locais. Temos como marco inicial desse processo “El reino de este mundo” (1949) do cubano Alejo Carpentier. Surgia, a chamada ‘literatura de resistência’ que questionava as certezas universalizantes propostas pelo colonizador e cuja intenção era reinterpretar o passado a partir de uma visão livre das regras criadas pela modernidade europeia. Com isso a consciência da importância das representações na constituição das identidades gera uma necessidade de releitura histórica que se colocou na contramão dos discursos da história oficial.

Nesse contexto, as obras de Gabriel Garcia Márquez, Alejo Carpentier, Carlos Fuentes, entre outros, se configuram por focar, no lugar do tempo retilíneo, um tempo circular, mítico, buscando desconstruir verdades absolutas. O romance histórico de resistência questiona a cientificidade do discurso histórico, mas, ao se contrapor ao discurso oficial, anuncia uma crença na história, não como verdade absoluta, mas como conflito de versões no qual tenta afirmar a visão dos vencidos. Tais características aproximam, de certa forma, essa vertente literária hispano-americana do que foi nomeado por Linda Hutcheon (1991) como metaficção historiográfica ou pós-moderna. Essa produção também se confunde com a crítica à modernidade manifestada por autores oriundos de países pobres onde a modernidade assumiu um caráter contraditório aumentando as distâncias entre as camadas sociais.

No Brasil, o romance de resistência não se fez tão presente como nos outros países da América latina. No século XX, não podemos deixar de destacar o projeto modernista no qual aparecem Oswald de Andrade e Mário de Andrade, entre outros, que a partir de suas obras, militaram na crítica a uma noção de história pautada numa perspectiva eurocêntrica. Mais tarde, “Incidente em Antares” (1971), de Érico Veríssimo, e “Viva o povo brasileiro”



(1984), de João Ubaldo Ribeiro refletem releituras do passado, com críticas à modernização excludente que nos foi imposta.

A partir dos anos 70 contemplamos entre as produções da literatura nacional, um novo tipo de romance histórico, nessa vertente a tensão característica, que como vimos, move o romance de resistência quase não aparece. Algumas narrativas recorrem ao humor para questionar o discurso oficial e relativizar a verdade histórica. É o caso de “Galvez - imperador do acre” (1975), de Márcio Souza no qual a conquista e anexação do Acre, episódio da constituição das fronteiras brasileiras, é narrada de forma escrachada e cômica. O mesmo movimento pode ser constatado no cinema em “Carlota Joaquina – A princesa do Brasil” (1995) de Carla Camurati, no qual a família real e a transferência da corte para a colônia nos trópicos aparecem satirizadas.

Por outro lado, se considerarmos o conjunto de romances nacionais deste período, é possível observar pelo menos outros três caminhos mais recorrentes para a construção da trama: Num primeiro grupo situaria as narrativas que recuperam e rescrevem eventos da história oficial. Para citar alguns: “A prole do corvo” (1978), de Luiz Antônio de Assis Brasil, “Agosto” (1990), de Rubem Fonseca, “A estranha nação de Rafael Mendes” (1983), de Moacyr Scliar, “O retrato do rei” (1991), de Ana Miranda, “A casa das sete mulheres” (2002), de Letícia Wierzchowski. Outro grupo se movimenta na tentativa de reescrita da história literária nacional, ficcionalizando a vida de autores consagrados da nossa literatura. Segundo Sales (2010 p. 13):

Esmiuçando tais narrativas, percebe-se que as tramas são elaboradas a partir da transferência de escritores, enquanto entidades empíricas e históricas, para o universo ficcional. A narrativização da existência dos autores, desse modo, é fruto de pesquisas em documentos em busca de poemas, contos, cartas, crônicas, bilhetes, manuscritos, elementos posteriormente adicionados nas estruturas das narrativas.

É o caso, por exemplo, de: “Boca do Inferno” (1989), “A última Quimera” (1995), e “Dias e Dias” (2002), de Ana Miranda, “Em Liberdade” (1981), de Silviano Santiago, “Memorial do fim: A morte de Machado de Assis” (1991), de Haroldo Maranhão. Por fim, no terceiro grupo a trama se desenrola apresentando momentos da história nacional como plano de fundo para contar a história de sujeitos marginais, periféricos, como é o caso de “Desmundo” (1996), “Amrik” (1997), ambos de Ana Miranda, “Videiras de Cristal” (1990), de Luiz Antônio de Assis Brasil, “Ana em Veneza” (1994), de João Silvério Trevisan, “Rosa Maria Egípcíaca da Vera Cruz” (1997), de Heloísa Maranhão, “No tempo das tangerinas”

(1983), de Urda Alice Klueger entre outros. Vale ressaltar que as características desse último grupo aparecem em maior número em publicações da década de noventa.

Nota-se que durante o século XX o romance sofreu significativas transformações em relação à forma como era concebido e recebido no XIX. A escrita é redimensionada em vários aspectos até se configurar no que conhecemos hoje como novo romance histórico, ou romance histórico contemporâneo. Cujas críticas contemporâneas circunscrevem entre os fenômenos da pós-modernidade a partir do conceito de metaficção historiográfica.

Retomo aqui a indagação sobre qual a pertinência do romance contemporâneo como fonte na pesquisa histórica. O que conta para o historiador na leitura do texto literário é seu valor problema, através dos fatos inventados na ficção o texto literário revela e insinua as verdades da representação. De acordo com Pesavento (2006), “o texto literário é expressão ou sintoma de formas de pensar e agir.” Os fatos narrados se apresentam como possibilidades, posturas de comportamento e sensibilidade. Ferreira (2009) afirma que inúmeras problemáticas poderiam ser despertadas pela leitura de um simples romance, que pode servir de acesso à história em seus dados de realidade e suas projeções subjetivas. Pois, o romance histórico contemporâneo está entranhado na história e de história, não apenas por integrar os modos de produção, circulação e consumo culturais, mas por sua narrativa estar fundamentalmente estruturada pelo tempo.

As circunstâncias em que determinada forma literária se constituiu e perpetuou devem ser observadas atentamente, com o advento do romance e suas constantes mudanças abalaram-se as estruturas das convenções clássicas da literatura. A época contemporânea assistiu grandes transformações tanto na concepção histórica quanto no modo de compreender a literatura. Com Pesavento (2006 p. 25):

Admitimos que a literatura é fonte de si mesma enquanto escrita de uma sensibilidade, enquanto registro, no tempo, das razões e sensibilidade dos homens em um certo momento da história. Dos seus sonhos, medos, angústias, pecados e virtudes, da regra e da contravenção, da ordem e da contramão da vida. A literatura registra a vida. Literatura é, sobretudo, impressão de vida. E, com isso, chegamos a uma das metas mais buscadas nos domínios da História Cultural: capturar a impressão de vida, a energia vital, a energia presente no passado, na raiz da explicação de seus atos e de sua forma de qualificar o mundo. E estes traços, eles podem ser resgatados na narrativa literária, muito mais do que em outro tipo de documento.

A literatura, portanto, constitui uma realidade não literal que não se dá a partir simples tradução ou duplicação mundo social, mas é algo que compõe o real. Mais uma vez recorro à Pesavento (2006):



Sem dúvida que esta dimensão poderá ser contestada, sob o argumento de que só a “literatura realista”, na linha de Balzac ou Zola, poderia ser alternativa ao historiador para recuperar as sensibilidades de uma temporalidade determinada, atuando como aquele *plus* documental de que falou. Mas, o que queremos afirmar é que mesmo a literatura que reinstala o tempo de um passado remoto ou aquela que projeta, ficcionalmente, a narrativa para o futuro é, também, testemunha do seu tempo. Romances da Cavalaria no século XIX dão a ver o imaginário que o mundo novecentista construía sobre a Idade Média, assim como a ficção científica de um Jules Verne possibilita a literatura das utopias do progresso que embalavam os sonhos e desejos dos homens do século passado. Deste ponto de vista, tudo é, sob o olhar do historiador, matéria “histórica” para a sua análise.

Os romancistas contemporâneos têm na história sua principal matéria-prima para tecer seu enredo. Por sua vez os historiadores, nessas últimas décadas, passaram a enxergar nos textos literários a fonte de múltiplas leituras dos valores sociais, culturais e experiências do homem no tempo. Um número considerável de romances históricos contemporâneos no Brasil, principalmente aqueles publicados a partir da década de 90, apresentam enredos em que os personagens centrais são sujeitos marginais, (mulheres, órfãs, escravos, criminosos, índios, homossexuais) essas narrativas remetem tanto ao imaginário e às ideias que se constroem sobre o passado na atualidade, quanto refletem uma nova concepção de história que se relaciona também com a própria renovação da historiografia nos últimos tempos.

Termino o texto recorrendo a uma alerta; Ferreira (2009 p.77) lembra a necessidade de o historiador que trabalha com textos literários, principalmente os de ficção histórica, estar sempre atento, às operações específicas do ofício do historiador sem se deixar perder na linha tênue que separa a narrativa histórica da literária. Pois, é nesse universo polifônico que se quer atingir as verdades da intriga sobre o imaginário social e histórico, as ideologias, o modo como os indivíduos grupos se organizam em determinadas épocas. Como estamos trabalhando com representações, por mais verossímeis que sejam, vale lembrar ainda a importância da confrontação das fontes com outros tipos de registro, no sentido de perceber as diferentes impressões do tempo.

Referências Bibliográficas:

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da História. 2007. Bauru, EDUSC.
- BARTHES, Roland. Da ciência à literatura. In: *O rumor da Língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.03-12.
- BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *O novo romance histórico brasileiro*. Via atlântica n. 4 out. 2000.

CHARTIER, Roger. A verdade entre a ficção e a história (1996). Conferência proferida no Instituto de História do Tempo Presente. Trad. Marlon Salomon e Raquel Machado Gonçalves Campos In: SALOMON, Marlon (org.) *História, verdade e tempo* Chapecó/SC: Argos, 2011 p. 347-370.

_____ O mundo como representação. In *Estudos Avançados*, vol.5 nº 11 São Paulo: Jan/Abr., 1991.

_____ Textos Impressão, leituras. In HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 211-238.

CHAVES, Flávio Loureiro. *História e Literatura*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRS, 1991.

ESTEVES, Antônio R. *O romance histórico brasileiro no final do século XX: quatro leituras*. Letras de Hoje. Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 114-136, dezembro 2007.

FERREIRA, Antônio Celso. Literatura: A fonte Fecunda. In: PINSKY, Carla B; LUCA, Tânia Regina de (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p.61-91.

GALLAGHER, Catharine. Ficção. In: Moretti (org.), *A cultura do romance*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

NAXARA, Márcia Regina; CAMIOTTI, Virgínia. História e literatura: Fontes literárias na produção historiográfica recente. In: *História: Questões e debates*, Curitiba, n.50 p. 15-49, 2009.

LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.). *História: novos problemas, novas abordagens e novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, 3 vols.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e Literatura: Uma velha-nova história. In: COSTA, Clélia Botelho e MACHADO, Maria Clara Tomaz. *História e literatura*. Uberlândia, MG, EDUFU, 2006, p.11-27.

SALES, Paulo Alberto da Silva. *A Ficcionalização do Cânone no Romance Brasileiro Contemporâneo*. Goiânia: UFG, 2010.